

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social

**13 de  
NOVEMBRO  
2018**

# CLIP PING



# TJ ES

Poder Judiciário • Tribunal de Justiça do Espírito Santo



*“Doutor Hélio era reconhecido pela sua elevada competência, unia a classe, era um pacificador, chefe de família exemplar”*

**SÉRGIO GAMA**  
PRESIDENTE DO TJES



*“Mesmo vindo do Judiciário, ele fazia a política com muita leveza, simplicidade. Muito estudioso, trabalhou pela renovação”*

**RENATO CASAGRANDE**  
(PSB) GOVERNADOR ELEITO



*“Foi professor de uma geração que não aderiu ao discurso da ditadura. Seu legado é a relação visceral com as causas democráticas”*

**JOÃO GUALBERTO FILHO**  
E SECRETÁRIO DO ESTADO



Parentes, amigos e políticos se despediram de Hélio Gualberto, no cemitério de Santo Antônio, em Vitória

★ 19.02.1929 † 12.11.2018

# Hélio Gualberto morre aos 89 anos

**Jurista e desembargador aposentado lutava havia sete anos contra uma doença neurológica**

▲ NATALIA DEVENS  
ncosta@redgazeta.com.br

Desembargador, professor, parlamentar, gestor, procurador, presidente de entidades. Esses foram apenas alguns dos cargos e contribuições prestados na vida pública por Hélio Gualberto Vasconcellos, que faleceu na madrugada de ontem, em casa, após ter entrado em um processo de falência múltipla, nos últimos dias.

Gualberto tinha 89 anos e havia sete lutava contra uma doença neurológica.

O governador Paulo Hartung decretou luto oficial de três dias no Estado em sinal de pesar pelo falecimento.

No velório e sepultamento, realizados no cemitério de Santo Antônio, em Vitória, familiares, amigos e autoridades prestaram homenagens e relembrou a tra-

jetória de doutor Hélio.

Nascido em Jerônimo Monteiro, no Sul do Estado, ele se tornou juiz no ano de 1957, atuando em sete municípios. Promovido a desembargador anos depois, esteve em quase todos os cargos de representação do Poder Judiciário: foi presidente da Associação dos Magistrados do Espírito Santo (Amages), corregedor-geral e presidente, tanto do Tribunal de Justiça (TJES), entre 1986 e 1987, como do Tribunal Regional Eleitoral (TRE).

Neste período, também foi professor da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), com muito destaque na área de processo civil.

Gualberto se aposentou na magistratura no ano de 1989, quando migrou para a política. Nos anos 90, foi deputado estadual pelo PSDB e pelo PT, e em seguida vereador de Vitória, pelo PT e PSB.

Nos anos 2000, iniciou



**Hélio Gualberto foi desembargador do TJES**

uma nova fase, como procurador-geral. Primeiro, pelo município de Vitória, no segundo mandato de Luiz Paulo Vellozo Lucas (PPS). Depois, da Assembleia Legislativa, durante a presidência de César Colnago (PSDB), e novamente em Vitória, em 2010, na gestão de João Coser (PT).

## DEDICAÇÃO

Outro capítulo marcante da história de doutor Hé-

lio foi em 2009, aos 80 anos, quando concluiu um mestrado em Direito. Dividindo a experiência da sala de aula com vários ex-alunos, ele disse, à época, sobre a motivação: “Eu acho que a relação humana é uma relação de troca. A gente ensina alguma coisa e também recebe. Mas é preciso que a gente esteja com a cabeça aberta”.

A última atuação do jurista na vida pública foi como presidente do Conselho de Ética do Estado, em 2011, cargo do qual se afastou por questões de saúde.

Gualberto era casado há 68 anos com Nilda Vasconcellos, e tinha quatro filhos: Luciano, Rita de Cássia, Maria Tereza e João Gualberto, secretário estadual de Cultura.

“Meu pai foi uma pessoa democrática, na essência. Como juiz, como gestor, como professor. Deixa um grande legado”, disse João Gualberto.



*“Foi uma figura de grande participação na reconstrução do Estado. Ajudou a desatar os nós deixados pelo crime organizado”*

**PAULO HARTUNG (SEM PARTIDO)** GOVERNADOR



*“Ele parte deixando-nos muitas lições de amizade, profissionalismo, ética e humanidade. Dono de uma trajetória ímpar”*

**CÉSAR COLNAGO (PSDB)**  
VICE-GOVERNADOR



*“Sempre teve vontade de aprender e muito respeito a todos, diplomacia, diálogo, uma bela formação humanística”*

**LUIZ PAULO VELLOZO LUCAS (PPS)**  
EX-PREFEITO DE VITÓRIA

RICARDO MEDEIROS

FOTOS: BETO MORAS/AT E ANDRESSA CARREGO - 22/09/2018



**VELÓRIO** do desembargador aposentado Helio Gualberto (destaque), que morreu aos 89 anos em decorrência de falência múltipla dos órgãos

EX-PRESIDENTE DO TJ

# Luto pela morte de Helio Gualberto

**Governo decreta luto de três dias pela morte de desembargador aposentado, que há 10 anos lutava contra doença neurológica**

Tiago Alencar

O governador Paulo Hartung (sem partido) decretou luto oficial de três dias pela morte do desembargador aposentado e ex-presidente do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES) Helio Gualberto Vasconcellos.

O magistrado morreu na madrugada de ontem, em casa, após sofrer falência múltipla dos órgãos. Ele lutava, há 10 anos, contra uma doença neurológica que limitava seus movimentos. Helio tinha 89 anos e estava em coma há mais de uma semana. O corpo do magistrado foi velado e enterrado na tarde de ontem, no Cemitério de Santo Antônio, em Vitória.

Ao falar do desembargador, Hartung destacou a notoriedade alcançada por ele em sua trajetória jurídica. "Doutor Helio Gualberto

é uma figura de muito valor na sociedade capixaba, teve uma passagem muito bonita no Poder Judiciário estadual", disse.

Em um discurso emocionado, o filho mais velho de Helio, João Gualberto Vasconcellos, que é o atual secretário de Estado da Cultura, ressaltou a forma como o pai repassou os valores em que acreditava para a família.

"Era um homem que gostava da vida, que adorava trabalhar e que também gostava de festejar. Ele nos ensinou que qualquer conquista deve vir sempre pelo esforço do nosso trabalho", pontuou.

Entre as autoridades capixabas

que foram prestar sua última homenagem a Helio Gualberto, que presidiu o TJ-ES no biênio 1986/1987, estavam o próprio Hartung, o governador eleito Renato Casagrande (PSB) e o presidente do TJ-ES, desembargador Sérgio Luiz Teixeira Gama.

O presidente da Associação dos Magistrados do Espírito Santo (Amages), juiz Daniel Peçanha, também foi cumprimentar a família de Helio, que presidiu a Amages de 1977 a 1989. Homero Mafra, presidente da seccional capixaba da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-ES), lembrou do amigo como "professor e mestre".

## A TRAJETÓRIA

### Foi vereador e deputado estadual

#### Judiciário

> HELIO GUALBERTO Vasconcellos nasceu em 19 de fevereiro de 1929, em Jerônimo Monteiro.

> ENTROU na magistratura em agosto de 1957. Em 1978, foi promovido a desembargador, tendo exercido as funções de corregedor-geral da Justiça (1980-1981) e de presidente.

#### Política

> FOI VEREADOR pelo município de Vitória (1997-2000).

> GUALBERTO ocupou cadeira na Assembleia durante a 12ª legislatura, de 1991 a 1994.

> FOI PROCURADOR-GERAL da Prefeitura de Vitória durante a 2ª gestão de Luiz Paulo Vellozo Lucas (2001).

## O QUE ELES DIZEM



RENATO CASAGRANDE (PSB), governador eleito

“Convivemos na Assembleia Legislativa. Sempre foi um homem de muita firmeza em todas as suas decisões”



SÉRGIO GAMA, presidente do TJ-ES

“Ele deixou um legado de seriedade, dignidade, homem de bem, homem sério, ocupou todos os cargos no TJ-ES”



PAULO HARTUNG, governador do Estado

“Doutor Helio era uma figura de muito valor. Teve uma passagem muito bonita no Poder Judiciário estadual”

# Morre, aos 89 anos, o ex-presidente do TJES Helio Gualberto Vasconcellos



Desembargador aposentado morreu aos 89 anos, vítima de falência múltipla dos órgãos. (Foto: Divulgação/Acervo pessoal )

Morreu nesta segunda-feira (12), aos 89 anos, o desembargador aposentado Helio Gualberto Vasconcellos.

O corpo está sendo velado no cemitério de Santo Antônio, em Vitória, onde o sepultamento será

realizado às 17 horas.

"Ele teve uma demência, o que acabou comprometendo todo o funcionamento orgânico dele. Estava muito doente, acamado, ficou 10 dias em coma e morreu de falência múltipla dos órgãos. Já não falava, não reconhecia as pessoas", disse o filho, o secretário de Estado da Cultura, João Gualberto.

Vasconcellos foi professor da Ufes, atuou como juiz de Direito concursado. Como desembargador, foi presidente do Tribunal de Justiça do Estado (TJES) entre 1986 e 1988.

de Ética do Governo do Estado.

O governador do Estado, Paulo Hartung, decretou luto oficial de três dias pelo falecimento do desembargador.

## **Morre, aos 86 anos, Helio Gualberto Vasconcellos, desembargador aposentado do ES**



Foto: Reprodução/ESH0JE

---

Por **Elan Costa** - 12 de novembro de 2018

Morreu nesta segunda-feira (12) o desembargador aposentado e ex-presidente do Tribunal de Justiça do Estado (TJES), Helio Gualberto Vasconcellos, aos 89 anos.

O anúncio foi feito pela família, por meio das redes sociais. O velório está sendo realizado no Cemitério de Santo Antônio, em Vitória, desde às 9h, e o enterro está previsto para às 17h.

Helio Gualberto Vasconcellos é desembargador aposentado, foi presidente do Tribunal de Justiça do Estado (TJES), de 1986 a 1988, vereador de Vitória pelo PSDB (1997-2000), procurador-geral da Prefeitura de Vitória e da Assembleia Legislativa, quando o então vice-governador do Espírito Santo, César Colnago (PSDB), foi deputado e presidente à Casa de Leis.

Vasconcellos também foi assessor de João Coser (PT), além de ter atuado como presidente do Conselho de Ética do Governo do Estado.

**Nota de pesar**

O anúncio foi feito pela família, por meio das redes sociais. O velório está sendo realizado no Cemitério de Santo Antônio, em Vitória, desde às 9h, e o enterro está previsto para às 17h.

Helio Gualberto Vasconcellos é desembargador aposentado, foi presidente do Tribunal de Justiça do Estado (TJES), de 1986 a 1988, vereador de Vitória pelo PSDB (1997-2000), procurador-geral da Prefeitura de Vitória e da Assembleia Legislativa, quando o então vice-governador do Espírito Santo, César Colnago (PSDB), foi deputado e presidente à Casa de Leis.

Vasconcellos também foi assessor de João Coser (PT), além de ter atuado como presidente do Conselho de Ética do Governo do Estado.

### **Nota de pesar**

Ao saber da morte do ex-desembargador, Hélio Gualberto Vasconcellos, o governador Paulo Hartung, emitiu nota de pesar e decretou luto oficial de três dias. "Recebi com grande pesar a notícia do falecimento do querido ex-desembargador Hélio Gualberto, dono de uma trajetória ímpar na vida pública capixaba. Ele parte deixando-nos muitas lições de amizade, profissionalismo, ética e humanidade.

Tive a honra de conviver e aprender com Dr. Hélio, como colega de mandato, na Câmara de Vitória e como procurador na Assembleia Legislativa, na oportunidade em que presidi aquela Casa.

Manifesto à família, em especial ao amigo e colega de Governo, João Gualberto, meus mais profundos sentimentos de solidariedade e respeito pela dor deste momento. Que recebam o consolo no abraço e nas orações daqueles que os amam", disse em nota.

Quem também comentou a morte de Vasconcellos foi o vice-governador César Colnago. "Amanhecemos com a notícia do falecimento do Dr Hélio

Gualberto de Vasconcelos – pai do nosso querido João Gualberto, Secretário de Estado de Cultura. Figura ilustre da nossa Região”, informou em nota.

## **N<sup>o</sup> Morre o desembargador e ex-presidente do TJES Helio Gualberto Vasconcellos**

12 de novembro de 2018



Foto: Reprodução / Youtube

Morreu nesta segunda-feira (12), aos 89 anos, o desembargador e ex-presidente do Tribunal de Justiça do Espírito Santo Helio Gualberto Vasconcellos. A morte foi confirmada pela família dele nas redes sociais.

Segundo o comunicado, o corpo do desembargador está sendo velado no Cemitério de Santo Antônio, em Vitória e será sepultado às 17h.

Helio Gualberto Vasconcellos esteve a frente do Tribunal de Justiça do Estado entre 1986 e 1988. Ele também foi vereador da capital pelo PSDB de 1997 a 2000, procurador-geral da Prefeitura de Vitória e da Assembleia Legislativa. Além disso, Vasconcellos também foi assessor de João Coser (PT) e foi presidente do Conselho de Ética do Governo do Espírito Santo.

O governador do Estado, Paulo Hartung, decretou luto de três dias pelo falecimento do desembargador. O documento foi assinado na manhã desta segunda-feira (12).

Direto da Redação

Record News ES / Rede SIM



Morreu nesta segunda-feira (12) o desembargador aposentado Hélio Gualberto Vasconcelos. O anúncio foi feito pela família por meio das redes sociais, que informou também que o velório será realizado no Cemitério de Santo Antônio, em Vitória, a partir das 9h e o enterro está previsto para as 17h.

Falecido aos 89 anos, o desembargador foi presidente do Tribunal de Justiça do Estado (TJES) nos anos de 86 a 88, vereador de Vitória pelo PSDB (1997-2000), procurador-geral da Prefeitura de Vitória e da Assembleia Legislativa, quando o deputado César Colnago (PSDB) foi presidente. Vasconcelos também foi assessor de João Coser (PT) e também atuou como presidente do Conselho de Ética do Governo do Estado.

**Luto oficial**

O governador Paulo Hartung decretou três dias de luto devido à morte do desembargador. "É declarado luto oficial, por três dias, em sinal de pesar pelo falecimento do desembargador Hélio Gualberto Vasconcelos, ex-presidente do Tribunal de Justiça do Espírito Santo".

## Semana Nacional da Conciliação: ES fecha R\$ 7 milhões em acordos

13/11/2018 - 09h45



Cerca de 7 mil pessoas foram atendidas. Campanha tem apoio do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES).

O Poder Judiciário do Espírito Santo alcançou mais de R\$ 7 milhões em acordos nos processos analisados durante a Semana Nacional da Conciliação. Aproximadamente 8300 pessoas foram atendidas durante cerca de 3300 audiências realizadas durante o período, em todo o Estado.

O programa, desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), é um esforço concentrado de todos os Tribunais do país para conciliar o maior número possível de processos. No Espírito Santo, as atividades foram organizadas pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos – Nupemec, coordenado pela desembargadora Janete Vargas Simões.

Ao aderir à campanha do CNJ, o Tribunal de Justiça realizou diversas ações para promover a resolução de conflitos por meio de métodos alternativos. No dia 03/11, o TJES abriu as atividades da semana com o mutirão do ônibus da Justiça Comunitária, que aconteceu na Casa do Cidadão em Jacaraípe, Serra. Por meio da ação, foram analisados 145 processos previamente agendados para solucionar questões relacionadas a divórcio, separação, conversão de separação judicial em divórcio e restabelecimento, bem como, acordo de guarda, alimentos e visitação de filhos menores.

Os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuscs) também agendaram pautas concentradas em razão da Semana Nacional da Conciliação. Cerca de 150 processos relacionados a shopping centers foram

analisados, durante o período no 3º Cejusc, localizado em Santa Lúcia, Vitória.

O 7º Cejusc, que funciona no Fórum de Cariacica, também realizou, durante essa semana, uma pauta de conciliação com 36 processos das áreas cível e de família. A ação contou com a participação de mais de 70 mediadores em formação, que foram supervisionados pela instrutora Márcia Monteiro. Após a formação, esses mediadores realizam trabalhos de mediação voluntariamente nos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuscs) do Poder Judiciário Estadual. Atualmente, o TJES possui 108 mediadores judiciais cadastrados.

Já em Cachoeiro de Itapemirim, o 6º Cejusc contou com 35 processos em pauta e a 1ª Vara da Fazenda Pública Municipal alcançou R\$ 315.626,00 em 153 acordos referentes ao IPTU – Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana.

Segundo o juiz Robson Louzada Lopes, da 1ª Vara da Fazenda Pública Municipal da Comarca, com a celebração do acordo, além de evitar o leilão do imóvel, o cidadão tem a possibilidade de negociar sua dívida e colaborar com a Prefeitura, pois o dinheiro dos impostos retorna para o município.

Dessa forma, a ação da Semana da Conciliação será estendida até o dia 28/11 na unidade judiciária, somando 1036 audiências relacionadas ao IPTU. A expectativa é que até o fim do mês a unidade judiciária chegue a 800 mil reais em acordos.

Fonte: TJES

TRABALHISTA

## Trabalhador e construtora põem fim a litígio de quatro anos na Semana Nacional da Conciliação

Começou nesta segunda-feira (5) a XIII Semana Nacional de Conciliação, evento realizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em parceria com os tribunais de todo o país.

08/11/2018 09:19 125 acessos

f t in G+



Na Décima Região da Justiça do Trabalho, as audiências acontecem no Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Disputas (Cejusc), localizado no Foro Trabalhista de Brasília. Um dos acordos realizados na manhã desta terça-feira (6) pôs fim a um litígio de quatro anos.

O caso envolveu a Construtora Brookfield e o

trabalhador Hernandes Silva, que foi dispensado sem nunca ter recebido as verbas rescisórias que tinha direito. Ele revelou que já estava perdendo a esperança de ver seu problema ser solucionado quando recebeu uma ligação da advogada do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Brasília informando sobre a audiência de conciliação com a empresa condenada subsidiariamente na sentença.

O trabalhador considerou bastante positivo o acordo costurado com a construtora durante a audiência. "A proposta foi além do esperado, achei que ia ser bem menor", disse o trabalhador. Vivendo atualmente "de bicos", Hernandes disse que pretende aproveitar o dinheiro que vai receber viajando com sua família neste final de ano, e que a partir de janeiro de 2019 vai voltar a procurar um emprego com carteira assinada.

A advogada do Sindicato, Daiana de Oliveira, disse que a entidade sempre acreditou e buscou a conciliação para a solução dos conflitos. De acordo com ela, é prática do sindicato buscar a solução amigável. "Nós sempre fomos muito adeptos da conciliação, não só aqui como na própria Junta de Conciliação do Sindicato. Sempre tentamos trazer a empresa para negociar antes de acionar a Justiça, e só trazemos para a Justiça quando não conseguimos um acordo antes". Segundo ela, muitos trabalhadores, como Hernandes, já não acreditam na solução de seus litígios e, quando chegam na audiência de conciliação, são surpreendidos com uma boa proposta, que atende ou mesmo supera suas expectativas e até mesmo suas necessidades naquele momento.

A Semana

Até dia 9, o Cejusc do Foro Trabalhista de Brasília deverá realizar aproximadamente 250 audiências relativas a processos de primeira e de segunda instância. As audiências ocorrem pela manhã e pela tarde e incluem processos da Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Via Varejo, Brookfield, entre outros, oriundos de diversas Varas do Trabalho do regional. As negociações são realizadas pelos conciliadores do Centro e pelos conciliadores em formação do último curso realizado pela Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (TRT-10), no início de outubro.

A Semana Nacional da Conciliação é uma campanha em prol da conciliação realizada anualmente pelo CNJ desde 2006. Os tribunais participantes selecionam processos que tenham possibilidade de acordo e intimam as partes envolvidas para solucionarem o conflito. Nesta décima segunda edição, o conceito "Conciliar: a decisão é nossa" será o mote da campanha. O objetivo é demonstrar que a decisão de conciliar é das partes envolvidas e só acontece se houver comum acordo.

Na edição de 2017, a Décima Região alcançou a cifra de R\$ 12,6 milhões em acordos. Na ocasião, foram realizadas 427 audiências que resultaram em 114 acordos beneficiando aproximadamente 130 trabalhadores.

Mauro Burlamaqui

Fonte:TRT 10

## Reportagem Especial

NOVA LEI

## Empresas recebem 30 mil atestados falsos todo mês

Governador sancionou a legislação que obriga emissão por meio da internet, e empresários apresentaram suas perdas com fraudes

Eliane Proscholdt  
Henrique Montovanelli

Ausentar-se do trabalho em caso de doença é um direito do trabalhador, mas nem todos os profissionais são éticos. É o que revela um dado divulgado ontem: por mês, 100 mil atestados médicos, em média, são emitidos no Estado. Desses, cerca de 30 mil são falsos ou de origem duvidosa.

Os números foram apresentados ontem por empresários no Palácio Anchieta, onde o governador Paulo Hartung sancionou o projeto de lei que instituiu o atestado médico digital em todo o Estado.

Com a lei, clínicas e hospitais – públicos e privados – têm um prazo de até um ano para emitir atestados com o código de verificação digital. Quem descumprir será notificado e poderá ser multado, cujo valor não foi informado.

Com isso, as falsificações, até mesmo grotescas, como adulteração de datas e assinaturas de médicos, estão com os dias contados.

O presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado (Fecomércio-ES), José Lino Sepulcri, disse que 30% dos atestados apresentados aos setores produtivos são falsos ou de origem duvidosa, o que representa um prejuízo de R\$ 20 milhões mensais aos cofres das empresas.

Comemorando, Sepulcri ressaltou que, a partir de agora, a tendência é acabar com a "indústria da falsificação". Mas ele chamou a atenção para um fato: os prejuízos, em menor escala, irão persistir, com profissionais simulando doenças para garantir o afastamento do trabalho, especialmente às segundas-feiras ou véspera de feriados.

O empresário e diretor do Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado, Antonio Perovano, diz que a lei foi um importante avanço, desejado desde 2009. Ele afirma que o segmento, entre 2016 e 2017, recebeu cerca de 3 mil atestados falsos.

Embora não tenha citado quantidade, o secretário de Estado da Saúde, Ricardo de Oliveira, disse que, na rede estadual, servidores também apresentam atestados falsos.

"Não temos uma pesquisa em relação aos números de atestados médicos falsos na rede pública, mas no geral chega a 30%. Isso é um problema para o setor e para a geração de renda no Estado."



FALTAS

## Véspera de feriado é campeã de fraude

O controle dos atestados médicos pelas empresas é rigoroso no que diz respeito à autenticidade do documento.

A técnica em Enfermagem do Trabalho da Serdel Serviços e Conservação Ltda., Alexandra Ramos Perovano do Rosário, diz que a triagem começa por ela e, depois, segue para a médica do trabalho. Alexandra contou que a entrega de atestados é mais comum nas vésperas de feriados, quando algumas repartições "enforcam" o dia seguinte, assim como as segundas e sextas.

As doenças que mais provocam afastamento, segundo ela destacou, são dores na coluna, no punho, de cabeça e gastroenterite.

## ENTENDA COMO FICA A EMISSÃO DE ATESTADOS MÉDICOS

## COMO É HOJE

## 1 Atendimento

> O PACIENTE marca uma consulta ou vai ao pronto-socorro em caso de urgência e emergência.

> SE FICAR CONSTATADO que o paciente terá que se ausentar do trabalho por alguns dias para ser submetido a um tratamento, o médico emite um atestado, em uma via, com seu carimbo e assinatura, que não é reconhecida.

> ESSA PRÁTICA, segundo empresários que amargam prejuízos, abre brechas para fraude, como alteração de datas.

## 2 Entrega do atestado

> O PRÓPRIO PACIENTE entrega esse documento à empresa onde trabalha. Há empresas que exigem que o documento seja entregue no primeiro dia de afastamento e, outras, não fazem essa exigência.

> O CID (Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde) é opcional.

## COMO SERÁ

## 1 Assinatura eletrônica

> ASSIM COMO É ATUALMENTE, o paciente marca a consulta ou vai ao pronto-socorro.

> SE HOUVER necessidade de afastamento, o papel será substituído por um atestado digital, com uma assinatura eletrônica digital do médico.

## COMO SERÁ O SISTEMA?

## REDE PÚBLICA

> O INSTITUTO de Tecnologia da Informação e Comunicação do Espírito Santo (Prodest) permitirá acesso de médicos e estabelecimentos de saúde, públicos ou privados do Espírito Santo, ao sistema de registro e emissão do atestado médico digital.

> HAVENDO O INTERESSE dos municípios em adotar o atestado em meio digital para os médicos que



## 2 Data e hora

> NO DOCUMENTO, constará ainda data e horário da consulta, incluindo os minutos. Com isso, não será possível emitir atestado com datas retroativas. Hoje, isso ainda é possível com alguns médicos.



lhes são vinculados, fica o Prodest autorizado a permitir o acesso à ferramenta.

## REDE PRIVADA

> SERÃO DESENVOLVIDOS sistemas por empresas que ficarão disponíveis para os médicos, via internet.

## TEMPO

> O SISTEMA SERÁ MUITO SIMPLES, ou seja, em quatro cliques, o médico emitirá o atestado. O

tempo estimado para isso é de 10 ou 15 segundos.

## QUEM VAI RECEBER OS ATESTADOS

- 1 Médico que está emitindo o atestado
- 2 Setor de Recursos Humanos da empresa onde o paciente trabalha
- 3 Paciente
- 4 Conselho Regional de Medicina (CRM)

## SAIBA MAIS

## Prontuário médico

> PARA EMISSÃO do atestado em meio digital, o médico deverá registrar todos os dados e informações de identificação do paciente no prontuário médico.

## CID

> A IMPRESSÃO do CID somente constará do atestado médico digital quando houver autorização expres-

sa do paciente, na forma e condições previstas na legislação aplicável.

## Quando a lei passará a valer?

> OS MÉDICOS e os estabelecimentos de saúde, públicos e privados, terão o prazo de até um ano, a partir de hoje, com a publicação da lei no Diário Oficial, para implementarem a emissão do atestado em meio digital. O descumprimento prevê até multa.

## E quem não tiver acesso aos meios digitais?

> O ATESTADO MÉDICO poderá ser emitido, excepcionalmente, em meio físico (por meio de papel) quando subsistir a impossibilidade de sua confecção por meio digital. Mas, nesse caso, o médico deverá elaborar uma justificativa, fundamentada, por escrito, no próprio atestado.

## Reportagem Especial



CELMO MURAD não aceita que o setor privado de saúde tenha de emitir atestado digital, como determina a lei

## NOVA LEI

## Médicos já se preparam para entrar na Justiça

Desde o início da discussão sobre o projeto de lei 243/2018, agora lei 10.920, o Conselho Regional de Medicina do Espírito Santo (CRM-ES) questionava o texto e aguardava sanção para tomar medidas.

Por isso, segundo o presidente do CRM-ES, Celso Murad, o conselho estadual inicia hoje a elaboração da ação que irá mover na Justiça Federal ou Estadual.

“Vamos deixar tudo pronto para entrar na esfera adequada, ou na Justiça Estadual ou na Justiça Federal. Provavelmente vamos ter que contestar na esfera estadual. Vamos, a partir de amanhã (hoje), começar a preparar e elaborar a ação junto com o nosso setor jurí-

dico. Depois, a gente avalia e, quando estiver tudo nos termos, dá a entrada. Vimos a possibilidade de o Conselho Federal de Medicina entrar com a ação. Mas esse é um problema regional, então cabe a gente resolver”, afirma Celso.

A lei 10.920, sancionada ontem pelo governador Paulo Hartung, torna obrigatória a emissão de atestado médico digital nas redes hospitalares pública e privada em todo o Espírito Santo e dá o prazo de um ano para a adequação.

Entretanto, no entendimento do presidente do CRM-ES, o Estado não pode determinar o funcionamento no setor privado, mas sim apenas no público. De acordo com Celso, o conselho chegou a sugerir

a retirada do sistema privado de saúde no texto da lei.

“A ação não é contra a emissão do atestado digital. É contra a obrigatoriedade do médico no serviço privado fazer atestado médico digital. A emissão do atestado médico é um ato médico e só quem tem prerrogativa legal de normatizar qualquer ato médico é o Conselho Federal de Medicina e os conselhos regionais. Isso é uma prerrogativa garantida pela lei federal 3.268 de 1957. Então o Estado não tem o direito de invadir uma prerrogativa que não é dele”, explica.

Procurada pela reportagem de **A Tribuna** ontem, a Procuradoria-Geral do Estado informou que não se manifestará sobre o assunto.

## Tecnologia é opcional para profissionais em São Paulo

Em São Paulo, a tecnologia é opcional para o médico. Desde 2012, a Associação Paulista de Medicina (APM) disponibiliza em seu site uma plataforma para a emissão de atestados médicos digitais de forma pioneira no Brasil.

Segundo a APM, o atestado médico digital “traz a segurança de que os atestados foram realmente emitidos por médicos e contém informações verídicas, o que ajuda a evitar afastamentos desnecessários de funcionários e perdas significativas no faturamento das empresas”.

Para utilizar o sistema, o médico precisa realizar um cadastro. Os atestados médicos digitais da APM estão disponíveis nas opções com ou sem o uso do e-CPF e versão móvel.

“Os médicos responsáveis pela

emissão dos atestados digitais precisam obrigatoriamente ter um e-CPF. Com a utilização desse registro, existe a segurança de que o atestado está sendo assinado eletronicamente por um documento pessoal e intransferível”, explica a APM.

O portal também disponibiliza uma pesquisa para validação do atestado médico digital emitido. Os dados são armazenados por 20 anos.

O médico Oswaldo Pavan Júnior contou ontem que São Paulo adotou o modelo do Espírito Santo. A diferença é que lá não é lei.

Segundo Pavan, essa ferramenta digital vai combater a falsificação de documentos e os atestados gratuitos (no qual o médico fornece o documento buscando beneficiar um funcionário de uma empresa).



OSWALDO PAVAN JÚNIOR afirma que a adoção do atestado médico digital vai ajudar a combater a emissão de documentos falsos

## CASOS

### Farsa descoberta

Um empresário do ramo de padarias sempre recebia atestados médicos de um balconista, mas a farsa foi descoberta. “Ele apresentou um atestado de médico, cuja especialidade nada tinha a ver com o problema. O empresário nos procurou”, contou o advogado Luiz Augusto Bellini.

A clínica não reconheceu o atestado. Ao saber que seria demitido por justa causa, ele implorou para que aceitasse um pedido de demissão, sendo atendido.

### Rastro deixado

Recentemente, uma professora de inglês apresentou um atestado de dois dias alegando crise de labirintite. Só que o documento foi preenchido com caneta azul e a assinatura do médico com caneta preta.

“Desconfiada, a escola de idiomas procurou o médico e descobriu que o atestado era falso, pois foi furtado em branco, sem estar preenchido. Resultado: demissão por justa causa”, contou o advogado Fabrício Siqueira.

## O QUE ELES DIZEM

KADICIA FERNANDES — 05/10/2018



“Essa medida vai melhorar o ambiente de negócios para quem quer empreender no Estado”

Paulo Hartung, governador do Estado

CACA LIMA — 21/07/2018



“Apresentar atestados médicos nas segundas-feiras tornou-se um vício em todo o País”

José Elcio Lorenzon, empresário

DAYANA SOUZA — 21/07/2018



“Foi uma vitória. Que bom que conseguimos que a lei fosse sancionada. Vai inibir as fraudes”

Antonio Geraldo Perovano, empresário

## ANÁLISE

### “Atestado falso pode dar demissão por justa causa”

“Em primeiro lugar, é preciso deixar claro que a apresentação de atestado médico falso pelo empregado, para obter afastamento do trabalho, constitui ato de improbidade e, nos termos do artigo 482, alínea ‘a’, da CLT, pode ensejar a demissão por justa causa.

Por isso, o empregado jamais deve usar desse expediente, que constitui uma grave violação do contrato de trabalho. Ele precisa estar consciente que tal ato, quando praticado, além de resultar na rescisão do seu contrato, poderá, sem dúvida, causar uma mácula na sua carreira.

Fernando Gouveia, especialista em Direito Digital



Sobre o atestado digital, um aspecto que é importante destacar é que este é muito mais seguro do que o similar analógico. Pois, como todo que é eletrônico/digital, ele é necessariamente mais difícil de ser adulterado do que um atestado feito à mão, com um carimbo qualquer.

Em relação a este último, por exemplo, raramente um RH vai checar se o CRM do médico apresentado no atestado é válido, entre outras questões.

Já o digital contempla todos esses aspectos, sendo, portanto, uma evolução e também uma maneira de combater fraudes.”

# VITOR VOGAS

PRAÇA OITO

VVOGAS@REDEGAZETA.COM.BR TEL: 3321-8319

LEIA.AG/VITORVOGAS

## A bancada capixaba no reajuste para o STF

O Senado aprovou, na última quarta-feira, o projeto que eleva o salário dos ministros do STF – teto do funcionalismo público no país – de R\$ 33,7 mil para R\$ 39,2 mil. Referência para outras carreiras do Judiciário, o aumento de 16,38% agora está na mesa de Temer para sanção ou veto. Se sancionado, causará um efeito cascata na folha de pagamento de outras categorias de servidores da União e dos Estados, estimado inicialmente em cerca de R\$ 4 bilhões, o que tende a aumentar o rombo fiscal do governo federal em 2019 – já previsto em algo próximo a R\$ 139 bilhões.

Na bancada capixaba, Ricardo Ferreira (PSDB), relator do projeto, deu parecer contrário ao reajuste, mas foi um dos 16 votos vencidos. Rose de Freitas (Podemos) deu um dos 41 votos a favor. E Magno Malta (PR) não compareceu à sessão em que foi votado o projeto enviado por Dias Toffoli.

Para a assessoria de Rose, encaminhamos as seguintes perguntas:

1. Por que a senhora votou a favor do aumento?
2. Não acha que vai agravar o déficit fiscal da União no ano que vem?
3. O momento era oportuno para conceder esse reajuste, considerando que o país ainda tenta se recuperar da maior recessão dos últimos tempos?

Rose respondeu por meio de nota

enviada pela assessoria dela.

Para a senadora – apesar de tudo o que o projeto implica –, “o respeito à responsabilidade fiscal foi preservado”.

Ela avalia que “o reajuste dos subsídios dos ministros do STF não tratou aumento de gastos do Poder Judiciário, pois a emenda constitucional do Teto de Gastos, promulgada pelo Congresso, estabelece limite que não pode ser ultrapassado”.

### Desvinculação

Quanto ao aguardado efeito cascata, Rose diz que o Senado já aprovou a desvinculação dos reajustes dos subsídios do Judiciário por meio de PEC que hoje tramita na Câmara Federal. A PEC, segundo Rose, “acaba com o efeito cascata, impedindo, assim, o reajuste automático dos subsídios de todo o Poder Judiciário”.

Bem, primeiro é preciso combinar com os deputados federais, representantes da Casa ao lado, onde a PEC, como afirma a própria senadora, ainda não foi votada. E, até que a proposta seja aprovada em dois turnos no Senado e na Câmara, fica valendo tudo como está. Portanto, segue em vigor a regra do reajuste automático para todos os membros do Judiciário, do Ministério Público e dos tribunais de contas em todas as instâncias país afora, cujos salários são atrelados, por força de lei, ao dos ministros do Supremo.

### Equiparação

Por fim, sobre a possibilidade de membros do Congresso reclamarem reajuste proporcional ao do Judiciário, Rose lança mão de um argumento técnico: “Os subsídios de senadores e deputados federais são fixados por meio de resolução do Parlamento. Ou seja, não há vinculação entre o aumento dos subsídios dos ministros do STF e os dos parlamentares”.

Tecnicamente, Rose está certa. O problema é que a questão aqui parece muito mais de natureza política. Se tem algo que nos ensina a história brasileira é que os membros de um Poder não podem ver os do Poder ao lado sendo beneficiados sem também reclamarem “o seu”. Principalmente quando esse benefício é concedido aos “vizinhos” por eles próprios.

Pelo princípio da “equiparação”, ou da “equivalência dos Poderes”, nada impede que os 594 congressistas (que hoje recebem os mesmos R\$ 33,7 mil dos 11 ministros do STF) procurem aprovar um projeto de resolução concedendo a si mesmos reajuste paritário ao que acabam de aprovar para os togados. E aí as consequências não de ser as mesmas: efeito cascata nas Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais do Brasil inteiro, pois o salário dos deputados estaduais é atrelado ao dos deputados federais, e o dos vereadores, ao dos deputados estaduais.



### Magno não votou

Enquanto a posição de Rose de Freitas na votação do reajuste para os ministros do STF pode soar incômoda, a de Magno Malta pareceu um tanto cômoda. Perguntamos à assessoria do senador por que ele não participou da votação de tema tão importante no Senado.

### Problema médico

A assessoria nos encaminhou um áudio gravado por Magno: “Sou totalmente contra e sempre me pronunciei contra. (...) Não estava na votação até porque fui fazer uma revisão na minha medula, que faço de seis em seis meses. Por isso não cheguei a tempo para a votação”.

### Fica a pergunta

A não ser em casos muito, muito excepcionais, o Senado toda a vida tem sessões plenárias às terças, quartas e quintas. Não é possível, para um senador da República, marcar uma consulta médica num dia em que não haja sessão? A propósito, estar presente nas sessões e votar os projetos não é o mínimo que se espera de qualquer parlamentar, mais ainda quando se trata de um tema tão caro (nas duas acepções da palavra) para a população brasileira?

### Bloco do “tô nem aí”

Além de Magno, pelas contas do presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB), oito senadores que se dizem bolsonaristas nem sequer votaram.

### A surpresa de Gabeira

Mas Bolsonaro também não se ajudou muito. Em artigo publicado ontem em “O Globo”, o jornalista Fernando Gabeira disse entender que “Bolsonaro reagiu de uma forma discreta” à aprovação do reajuste. “Não me surpreende pauta-bomba em fim de mandato. Sempre foi assim. O que me surpreendeu foi como os novos atores foram polidos e discretos diante desse tipo de facada.”

## BENEFÍCIO AOS JUÍZES

# Fux diz que auxílio cai se houver reajuste

NELSON JR./SCO/STF

**Aumento de 16,38% para os ministros do STF depende de sanção do presidente Temer**

BRASÍLIA

▄ O ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal, disse ontem à TV Globo que os juizes não receberão cumulativamente o reajuste nos salários e o auxílio-moradia. De acordo com ele, quando o aumento for confirmado, o benefício do auxílio, da forma como ocorre hoje, será revogado.

“Os juizes não receberão cumulativamente recomposição e auxílio-moradia. Tão logo implementada a recomposição, o auxílio cairá”, afirmou Fux, relator de ações que tratam do auxílio no STF.

Na semana passada, o Senado aprovou o aumento de 16,38% para os ministros do STF – o vencimento passará de R\$ 33,7 mil para mais de



**Luiz Fux concedeu liminares garantindo o auxílio**

R\$ 39 mil a partir do ano que vem se o presidente Michel Temer (MDB) sancionar.

## TETO

Embora o Supremo tenha recursos no próprio orçamento para pagar o reajuste, a questão preocupa o governo federal porque o aumento é automático para a magistratura e integrantes do Ministério Público. Além disso, também reflete no teto do funcionalismo público.

O fim do auxílio é uma

das alternativas negociadas entre o Palácio do Planalto e o STF para reduzir o impacto do reajuste de 16,38%.

O benefício de R\$ 4,3 mil mensais, foi garantido a todos os juizes do Brasil por liminares concedidas pelo ministro Fux em 2014. O Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) regulamentaram o benefício a todos os integrantes com base nas liminares. (Com informações do G1)

## “Com reajuste, auxílio cairá”, garante Fux

O ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), disse ontem que os juizes não receberão cumulativamente o reajuste nos salários e o auxílio-moradia.

Segundo ele, quando o aumento for confirmado, o benefício do auxílio-moradia – nos moldes como é concedido atualmente – aos magistrados será revogado.

“Os juizes não receberão cumulativamente recomposição e auxílio-moradia. Tão logo implementada a recomposição, o auxílio cairá”, disse Fux, relator de ações que tratam do auxílio no STF.

Na semana passada, o Senado aprovou o aumento de 16,38% para os ministros do STF – o vencimento passará de R\$ 33,7 mil para mais de R\$ 39 mil a partir do ano que vem se o presidente Michel Temer sancionar o projeto.

Embora o Supremo tenha recursos no próprio Orçamento para pagar o reajuste, a questão preocupa o governo federal porque o aumento é automático para a magistratura e os integrantes do Ministério Público. Além disso, também reflete no teto do funcionalismo público.

O fim do auxílio-moradia é uma das alternativas negociadas entre o Palácio do Planalto e o STF para reduzir o impacto do reajuste de 16,38%.

O benefício, hoje em cerca de

R\$ 4 mil mensais, foi garantido a todos os juizes do Brasil por meio de liminares concedidas pelo ministro Fux em 2014.

O Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público regulamentaram o benefício a todos os integrantes com base nas liminares. Para que o benefício deixe de vigorar para todos, as liminares precisam ser revogadas.

Fux pode, numa decisão individual, revogar as liminares que estenderam o benefício. Ainda assim será necessário que o plenário do Supremo se manifeste sobre a validade do benefício.

ASSIDOR DO STF - 15/08/2018



**FUX** é o relator do auxílio-moradia



# Companhia aérea é condenada a indenizar passageiro no ES por alteração de voo

Passageiro que perdeu compromisso importante no Rio de Janeiro deverá ser indenizado em R\$ 872 por danos materiais e R\$ 5 mil por danos morais.

Por G1 ES

12/11/2018 22h14 - Atualizado há 14 horas

Um passageiro do Espírito Santo deve ser indenizado em R\$ 872 por danos materiais e R\$ 5 mil por danos morais após perder compromisso em outro estado devido ao adiantamento do seu horário de voo, segundo o Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES).

O autor da ação informou que comprou passagens da companhia com destino ao Rio de Janeiro, mas o voo sofreu alteração de horário, sendo adiantado sem uma comunicação prévia, fazendo o passageiro perder um compromisso importante.

A companhia aérea defendeu que a mudança aconteceu por causa de readequação da malha aérea, mas segundo a Justiça, nada foi comprovado nos documentos juntados ao processo. Ainda, a empresa não informou com antecedência mínima sobre o novo horário do voo.

O juiz do 1º Juizado Especial Cível de Linhares, no exame dos autos, verificou que houve prejuízo moral causado ao autor da ação.

“Não há como negar, no caso, o desconforto, o aborrecimento e os transtornos causados pelo adiantamento de um voo sem que o passageiro fosse previamente informado”, diz a decisão.

## TJES – Companhia aérea deve indenizar passageiro após alteração em horário de voo

12 Nov, 17:47

Compartilhar &lt;

A defesa trazida pela requerida não foi comprovada nos autos.

Um passageiro deve ser indenizado em R\$ 872 por danos materiais e R\$ 5 mil por danos morais após perder compromisso em outro estado devido ao adiantamento do seu horário de voo.

O autor narrou que adquiriu passagens com a ré com destino ao Rio de Janeiro, porém o voo sofreu alteração de horário, sendo adiantado, sem uma comunicação prévia sobre o ocorrido, fazendo o requerente perder um compromisso importante.

A empresa requerida defendeu que a mudança aconteceu em razão de readequação da malha aérea, contudo nada foi comprovado nos documentos juntados ao processo. Ainda, a ré não informou com antecedência mínima sobre o novo horário do voo.

O juiz do 1º Juizado Especial Cível de Linhares, no exame dos autos, verificou que houve prejuízo moral causado ao autor da ação. "Não há como negar, no caso, o desconforto, o aborrecimento e os transtornos causados pelo adiantamento de um voo sem que o passageiro fosse previamente informado". Por isso, acolheu a responsabilidade da requerida em ressarcir e indenizar o passageiro.

Processo nº: 0016500-33.2015.8.08.0030

Fonte: Tribunal de Justiça do Espírito Santo

Fonte: TJES

# Semana Nacional de Conciliação alcança R\$ 3,79 milhões em acordos no RN

*Crédito da foto:*

A 13ª edição da Semana Nacional de Conciliação alcançou a marca de R\$ 3,79 milhões negociados pela Justiça Estadual potiguar durante as audiências realizadas entre os dias 5 e 9 de novembro.

De acordo com os dados coletados pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec) do Tribunal de Justiça do RN, foram realizadas em todo estado 2.411 audiências de conciliação, com a obtenção de 778 acordos homologados, um índice de 32% de sucessos nas tentativas de composição entre as partes. Mais de 8.500 pessoas foram atendidas durante o evento.

A Semana de Conciliação contou com a participação de 100 magistrados, 166 conciliadores e 51 colaboradores no Rio Grande do Norte.

## Ausências

A coordenadora administrativa do Nupemec, servidora Elanne Canuto, aponta que o resultado alcançado foi dentro do esperado, mas que houve um alto índice de ausências nas audiências, cujo percentual foi de 35%.

Ela lamentou que as partes deixaram de comparecer a essas audiências, pois em muitos casos as próprias empresas demandadas indicaram os processos para tentativa de conciliação, com boas propostas para acordo, o que resolveria o processo de forma mais rápida. "Quando as partes deixam de considerar esse chamado da Justiça para conciliar, deixam de resolver o conflito num tempo breve".

Elanne Canuto pondera que esses casos deverão ser resolvidos nos próximos anos, com o mesmo resultado que poderia ser obtido agora. "Normalmente as empresas estudam o caso, estudam o patamar de condenação e levam propostas de resolução dentro desse patamar. Havia empresas com propostas

De acordo com os dados coletados pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec) do Tribunal de Justiça do RN, foram realizadas em todo estado 2.411 audiências de conciliação, com a obtenção de 778 acordos homologados, um índice de 32% de sucessos nas tentativas de composição entre as partes. Mais de 8.500 pessoas foram atendidas durante o evento.

A Semana de Conciliação contou com a participação de 100 magistrados, 166 conciliadores e 51 colaboradores no Rio Grande do Norte.

#### Ausências

A coordenadora administrativa do Nupemec, servidora Elanne Canuto, aponta que o resultado alcançado foi dentro do esperado, mas que houve um alto índice de ausências nas audiências, cujo percentual foi de 35%.

Ela lamentou que as partes deixaram de comparecer a essas audiências, pois em muitos casos as próprias empresas demandadas indicaram os processos para tentativa de conciliação, com boas propostas para acordo, o que resolveria o processo de forma mais rápida. "Quando as partes deixam de considerar esse chamado da Justiça para conciliar, deixam de resolver o conflito num tempo breve".

Elanne Canuto pondera que esses casos deverão ser resolvidos nos próximos anos, com o mesmo resultado que poderia ser obtido agora. "Normalmente as empresas estudam o caso, estudam o patamar de condenação e levam propostas de resolução dentro desse patamar. Havia empresas com propostas muito boas, mas que não resolveram o conflito porque as partes deixaram de comparecer à audiência".

#### Saiba mais

O evento da Semana Nacional de Conciliação ocorre anualmente e tem a finalidade de promover a cultura do diálogo entre as partes de um conflito. Este ano, a Semana trouxe o slogan "Conciliar: a decisão é nossa" e busca divulgar a prática da conciliação e mediação como métodos céleres e legais de resolução de conflitos criando ambiente amigável e seguro para a resolução dos conflitos que chegam ao Poder Judiciário.

Em todo país, foram realizadas mais de 190 mil audiências, com mais de R\$ 1 bilhão homologados em acordos.

# Morre o desembargador e ex-presidente do TJES Helio Gualberto Vasconcellos



Publicado 1 dia atrás em 12 de novembro de 2018  
por **Da Redação**



**VITÓRIA (ES)** – Morreu nesta segunda-feira (12), aos 89 anos, o desembargador e ex-presidente do Tribunal de Justiça do Espírito Santo Helio Gualberto Vasconcellos. A morte foi confirmada pela família dele nas redes sociais.

Segundo o comunicado, o corpo do desembargador está sendo velado no Cemitério de Santo Antônio, em Vitória e será sepultado às 17h.



Helio Gualberto Vasconcellos esteve a frente do Tribunal de Justiça do Estado entre 1986 e 1988. Ele também foi vereador da capital pelo PSDB de 1997 a 2000, procurador-geral da Prefeitura de Vitória e da Assembleia Legislativa. Além disso, Vasconcellos também foi assessor de João Coser (PT) e foi presidente do Conselho de Ética do Governo do Espírito Santo.

O governador do Estado, Paulo Hartung, decretou luto de três dias pelo falecimento do desembargador. O documento foi assinado na manhã desta segunda-feira (12).